

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS - CESC
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE MOBILIDADE SOCIAL: uma análise do papel da escola pública na formação de jovens do Ensino Médio em Aldeias Altas e Matões-Ma

MARIA APARECIDA SILVA E SILVA

Caxias/ MA

2026

MARIA APARECIDA SILVA E SILVA

A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE MOBILIDADE SOCIAL: uma análise do papel da escola pública na formação de jovens do Ensino Médio em Aldeias Altas e Matões-Ma

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão/Centro de Estudos Superiores de Caxias, como exigência para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Ma. Cleia Maria Lima Azevedo.

Caxias / MA

2026

S586e Silva, Maria Aparecida Silva e

A educação como instrumento de mobilidade social: uma análise do papel da escola pública na formação de jovens do Ensino Médio em Aldeias Altas e Matões-MA / Maria Aparecida Silva e Silva. __Caxias: Campus Caxias, 2026.

44f.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão – Campus Caxias, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientador: Profª. Ma. Cleia Maria Lima Azevedo.

1. Educação pública. 2. Mobilidade social. 3. Juventude. 4. Ensino médio. 5. Desigualdade social. I. Título.

CDU 373.5:314.34

MARIA APARECIDA SILVA E SILVA

A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE MOBILIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE DO PAPEL DA ESCOLA PÚBLICA NA FORMAÇÃO DE JOVENS DO ENSINO MÉDIO EM ALDEIAS ALTAS E MATÕES- MA

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, como exigência para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Sociais.

Aprovada em 07/ 07/ 2026

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **CLEIA MARIA LIMA AZEVEDO**
Data: 15/07/2026 08:34:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Ma. Cleia Maria Lima Azevedo (Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **ROSANE LOPES E SILVA**
Data: 31/07/2026 15:49:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Rosane Lopes e Silva

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS DANIEL DA SILVA SANTOS**
Data: 31/07/2026 11:51:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^o Dr. Carlos Daniel da Silva Santos

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder saúde, sabedoria, força e perseverança para superar todos os desafios encontrados ao longo desta jornada acadêmica. Sem sua presença em minha vida, esta conquista não seria possível. Juntamente com a intercessão da minha santa de devoção, Nossa Senhora Aparecida.

À minha família, em especial a minha mãe Djanira, meu pai Orlando e meu padrinho Francisco, por todo o amor, apoio, compreensão e incentivo. Obrigada por acreditarem em mim, por compreenderem minhas ausências e por estarem ao meu lado em todos os momentos.

Ao meu namorado e sua família, que de modo acolhedor, carinhoso e prestativo estiveram comigo.

Aos meus amigos, em especial a Nayres e Daniele pelo companheirismo acadêmico, pelas palavras de incentivo e por compartilharem comigo os desafios, boas risadas e as conquistas desta caminhada.

À minha orientadora, pela dedicação, paciência, confiança e valiosas contribuições para o desenvolvimento desta pesquisa.

Por fim, a todos que de maneira direta e indireta caminharam comigo nesta jornada acadêmica.

RESUMO

A presente pesquisa analisa a educação pública como instrumento de mobilidade social, investigando o papel da escola pública na formação de jovens do Ensino Médio, destacando também os problemas que fazem com que a sua função não seja plenamente exercida em meio a uma sociedade cheia de desigualdades socioeconômicas. O estudo parte da compreensão de que a educação constitui um direito social fundamental e um importante mecanismo de ampliação de oportunidades, assim construindo um espaço de possibilidade para ascensão social. Fundamenta-se teoricamente nas contribuições de Bourdieu (2014), Saviani (2013), Freire (1996), Dayrell (2007), Antunes (2009) e outros que discutem as relações entre educação, desigualdade social, juventude e mobilidade social. A pesquisa adotada é de abordagem mista, com caráter descritivo e exploratório, utilizando questionários online, aplicados aos estudantes do ensino médio, aos que já passaram por essa etapa, como também aos profissionais da educação pública. Reafirmando nos resultados da pesquisa que a escola pública desempenha papel relevante na construção de projetos de vida, no acesso ao ensino superior e na ampliação das perspectivas profissionais dos jovens. Contudo, persistem desafios relacionados à infraestrutura escolar, à exclusão digital, à evasão escolar e às desigualdades socioeconômicas, que limitam o acesso e a permanência dos jovens, impossibilitando o potencial transformador da educação. Por fim, foi possível concluir que, embora a escola pública esteja inserida em um contexto de reprodução de desigualdades, ela permanece como um dos principais espaços de promoção da cidadania, da emancipação social e da mobilidade social para a juventude e suas famílias das classes populares.

Palavras-chave: Educação pública. Mobilidade social. Juventude. Ensino médio. Desigualdade social.

ABSTRACT

This research analyzes public education as a tool for social mobility, exploring the role of public schools in shaping high school students, while also highlighting the problems that prevent its full potential in a society full of socioeconomic inequalities. The study starts from the understanding that education is a fundamental social right and an important mechanism for expanding opportunities, thus creating a space for social advancement. The theoretical foundation is based on the contributions of Bourdieu (2014), Saviani (2013), Freire (1996), Dayrell (2007), Antunes (2009), and others who discuss the relationships between education, social inequality, youth, and social mobility. The research uses a mixed-methods approach, with a descriptive and exploratory character, utilizing online questionnaires applied to high school students, those who have already completed this stage, as well as professionals in public education. The research shows that public schools play an important role in helping young people plan their lives, get into college, and expand their career prospects. That said, there are still challenges like poor school infrastructure, digital exclusion, students dropping out, and socioeconomic inequalities that limit access and staying in school, which keeps education from reaching its full transformative potential. In the end, the study concludes that even though public schools exist in a system that often reproduces inequalities, they remain key places for promoting citizenship, social empowerment, and social mobility for youth and their families from working-class backgrounds.

Keywords: Public education. Social mobility. Youth. High school education. Social inequality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. EDUCAÇÃO, MOBILIDADE SOCIAL E DESIGUALDADE: CONCEITOS BÁSICOS E FUNDAMENTOS PARA ANÁLISE	12
1.1. A Educação: uma formação social, projeto de vida e direito	12
1.2 Mobilidade social: conceito e seus sentidos	13
1.3 Desigualdade social e seus efeitos na escolarização	15
2. A JUVENTUDE E O HORIZONTE DA MOBILIDADE SOCIAL EM UM CENÁRIO DE DESIGUALDADE	17
2.1 Juventude, identidade social e perspectivas de futuro	19
2.3 Trabalho, projeto de vida e mobilidade social juvenil	22
3. A ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO E AS OPORTUNIDADES DE MOBILIDADE SOCIAL	24
3.1 O ensino médio público na formação cidadã e profissional.....	27
3.2 Desigualdades educacionais e permanência escolar.....	28
4. O PAPEL DA ESCOLA PÚBLICA NA FORMAÇÃO DE JOVENS DO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	30
4.2 Entre Expectativas e Realizações: uma análise de realidades distintas, mas convergentes	32
4.3 O Papel da Educação como Instrumento de Mobilidade Social sob a Perspectiva Docente	33
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38
ANEXO A	46
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DEFESA DO TCC	46

INTRODUÇÃO

A educação tem sido amplamente reconhecida como um dos principais fatores de promoção da mobilidade social, especialmente em sociedades marcadas por profundas desigualdades socioeconômicas, como a brasileira. Autores como Saviani (2013) e Libâneo (2012) destacam que a escola pública, quando orientada por princípios democráticos e por políticas educacionais comprometidas com a qualidade, desempenha papel central na ampliação de oportunidades e na redução das desigualdades sociais. Para além de um direito garantido constitucionalmente, a educação constitui-se como um instrumento estratégico de formação humana e de ascensão social, sobretudo para jovens oriundos das camadas populares. Cury (2002, p.246) destaca que “não há país no mundo que não garanta, em seus textos legais, o acesso de seus cidadãos à educação básica. Afinal, a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania”.

Nesse contexto, o ensino médio, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação básica assume importância singular, por se tratar de uma etapa decisiva na trajetória escolar dos jovens e na definição de suas possibilidades futuras de inserção no ensino superior e no mundo do trabalho. Conforme estabelece a LDB (Lei nº 9.394/1996) que assegura à educação básica como finalidade de proporcionar ao educando uma formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores (BRASIL, 1996). É nesse período que a escola pública pode contribuir de forma mais efetiva para a construção de projetos de vida, para o desenvolvimento do capital cultural e para o fortalecimento da autonomia juvenil. Entretanto, as desigualdades sociais que atravessam a realidade dos estudantes frequentemente limitam o potencial emancipador da educação, interferindo no acesso, na permanência e no desempenho escolar.

A partir dessa perspectiva, torna-se fundamental analisar o papel da escola pública na formação dos jovens do ensino médio. Conforme aponta Bourdieu (2015), a educação possui um caráter ambíguo: pode tanto reproduzir as desigualdades sociais existentes quanto atuar como mecanismo de transformação social, ao possibilitar a ampliação do capital cultural e simbólico dos estudantes. Quando associada a práticas pedagógicas inclusivas e a políticas públicas eficazes, a escola pública pode cumprir uma função emancipadora, favorecendo a mobilidade social e a construção de trajetórias mais autônomas.

Diante disso, este trabalho tem como tema “A Educação como instrumento de mobilidade social: uma análise do papel da escola pública na formação de jovens do ensino

médio em Aldeias Altas e Matões- Ma”. O objetivo deste trabalho é identificar de que maneira a educação pública contribui para a mobilidade social de jovens do ensino médio, a partir das percepções de estudantes em formação e de ex-alunos da escola pública, elegendo como foco de análise a formação de jovens da última etapa da educação básica nos contextos locais de Matões (MA) e Aldeias Altas (MA). A partir da articulação conceitual de autores como Bourdieu, Saviani, Dayrell e Freire com os dados coletados junto à comunidade escolar, considerando que a escola é espaço fundamental de construção de sentidos, expectativas e trajetórias sociais.

A questão-problema destacada e discutida ao longo da pesquisa é: como a escola pública de ensino médio atua na formação dos jovens e na promoção da mobilidade social em um contexto marcado por desigualdades socioeconômicas? A justificativa da escolha do tema se dá pela relevância de compreender a educação não apenas como um indicador quantitativo, mas também das experiências, desafios e narrativas dos sujeitos que vivenciam o cotidiano escolar e seus desdobramentos ao longo do tempo.

A metodologia adotada possui abordagem mista (qualitativa e quantitativa), de caráter descritivo e exploratório. A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de um questionário estruturado na plataforma Google Forms, direcionado a alunos e ex-alunos do ensino médio da escola pública, bem como os profissionais da educação das cidades de Aldeias Altas e Matões-Ma, devido a facilidade de comunicação com os participantes, o que garantiu maior agilidade no processo de coleta de dados da pesquisa. O estudo também se apoia na pesquisa bibliográfica fundamentada em autores como Bourdieu, Fernandes e Saviani e outros, cujas teorias sobre educação e desigualdade orientam o olhar analítico proposto neste trabalho a respeito da mobilidade social. Com isso, os dados coletados foram analisados de forma qualitativa, respeitando os princípios éticos de pesquisa, pois “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (Minayo, 2001, p.21).

O trabalho organiza-se em capítulos que abordam, inicialmente, os fundamentos teóricos sobre educação, escola e mobilidade social. O primeiro capítulo estabelece as bases conceituais da pesquisa, articulando a relação entre o ambiente escolar e as estruturas socioeconômicas. Inicialmente, discute-se a educação não apenas como um processo formal, mas como um direito fundamental, uma construção social e o alicerce para os projetos de vida dos indivíduos. Em seguida, o texto introduz e conceitua a mobilidade social, mapeando seus diferentes sentidos e direções dentro da estrutura de classes. Por fim, o capítulo examina como a desigualdade social crônica atua diretamente

na escolarização, funcionando muitas vezes como uma barreira que dita o acesso, o percurso e o aproveitamento dos estudantes.

O segundo e o terceiro capítulos deslocam o foco para o sujeito e para a instituição, analisando a juventude e a escola pública de ensino médio diante desse cenário desigual. No capítulo dois, investiga-se a identidade dos jovens e suas perspectivas de futuro, contrapondo seus projetos de vida e ambições profissionais aos severos desafios educacionais impostos pela vulnerabilidade social. Já o capítulo três avalia especificamente a escola pública de ensino médio, discutindo seu papel dual na formação cidadã e na preparação profissional. Esse bloco aprofunda o debate sobre as desigualdades internas do sistema público, destacando as políticas de permanência escolar como fatores determinantes para que o horizonte de mobilidade social se torne real.

O quarto e último capítulo consolida o trabalho por meio da análise e discussão dos resultados da pesquisa. É nesse espaço que os conceitos teóricos debatidos anteriormente — como capital cultural, barreiras de mobilidade e os dilemas da juventude — encontram o suporte empírico dos dados coletados. O texto dedica-se a interpretar a realidade observada em campo, confrontando a literatura científica com a voz dos sujeitos e as práticas cotidianas da escola pública, evidenciando em que medida a instituição tem conseguido atuar como um motor de transformação e ascensão social para os jovens estudantes.

1. EDUCAÇÃO, MOBILIDADE SOCIAL E DESIGUALDADE: CONCEITOS BÁSICOS E FUNDAMENTOS PARA ANÁLISE

O presente capítulo tem como objetivo apresentar os conceitos fundamentais que articulam educação, educação escolar, formação integral, mobilidade social e desigualdade, servindo como base teórica para a análise proposta neste trabalho. Inicialmente, discute-se a educação como processo de formação social, destacando seu papel na construção de projetos de vida e como direito garantido, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394, Art. 2º), que define, em seu teor, a educação como dever do Estado e da família.

Explana também a educação escolar enquanto espaço institucional responsável pela sistematização do conhecimento. Nesse contexto, fala-se da perspectiva da formação integral, entendida como o desenvolvimento pleno dos sujeitos em suas dimensões cognitiva, social, emocional e ética, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Seguindo da discussão sobre as relações entre educação e mobilidade social, evidenciando seus limites e possibilidades no contexto brasileiro. Por fim, discute-se ainda a influência das desigualdades sociais no acesso, na permanência e na qualidade da educação, buscando compreender como esses fatores impactam diretamente as trajetórias educacionais e sociais dos indivíduos.

1.1. A Educação: uma formação social, projeto de vida e direito

A educação escolar se diferencia do fenômeno educativo amplo por ser um processo formal, organizado por instituições específicas, currículos estruturados e políticas públicas, cujo papel central é a socialização sistemática e a preparação para a vida em sociedade. Enquanto a educação, em sentido geral, se manifesta em todas as instâncias da vida social — o que Émile Durkheim (2011, p. 53) define como "a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que ainda não se encontram preparadas para a vida social" —, sua vertente escolar assume a responsabilidade de instrumentalizar essa formação. Assim, a instituição escolar não se limita ao ensino de conteúdos curriculares, mas configura-se como um mecanismo de formação social indispensável para a construção de identidades, valores e sentidos sobre o mundo e o futuro.

Com um olhar atento ao contexto brasileiro, é possível dizer que a escola é frequentemente associada à ideia de possibilidade viável para a transformação social. Para muitas famílias, sobretudo as de baixa renda, a educação representa uma esperança concreta de melhoria de vida, conquistar uma profissão e construir estabilidade, mesmo com os desafios.

Portanto, é fundamental destacar que a educação não deve ser vista apenas como um caminho “individual” para vencer, mas como um direito social, o que implica garantir igualdade de acesso, permanência e aprendizagem. A escola assume assim, a função de organizar, e de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996, art. 2º), “a educação, dever da família e do Estado, [...] tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, esclarecendo assim que a educação é um direito fundamental e um instrumento para a participação social.

Compreender a educação como um direito evidencia que o debate não se resume ao número de matrículas, mas também às condições reais oferecidas aos estudantes — condições que possibilitam uma vida melhor por meio do conhecimento. Nessa direção, Cury (2002) enfatiza que o direito à educação envolve compromisso do Estado com políticas públicas que assegurem a efetivação desse direito em sua dimensão social e democrática.

Portanto, é no ensino médio que a educação se torna ainda mais decisiva. Essa etapa representa um período de intensas escolhas e pressões, pois muitos jovens precisam conciliar escola, trabalho e vida familiar. Por isso, o modo como o ensino médio se organiza influencia diretamente o futuro dos estudantes, seja na continuidade dos estudos, seja na inserção no mundo do trabalho. Assim, é essencial que essa etapa proporcione aspectos e características que direcionem os jovens a uma realidade de independência e formação social regada de conhecimentos teóricos e práticos.

1.2 Mobilidade social: conceito e seus sentidos

No âmbito das Ciências Sociais, a mobilidade social é conceituada como o movimento de indivíduos, famílias ou grupos entre diferentes posições na estrutura de estratificação de uma sociedade. Trazido originalmente pelo sociólogo Sorokin (1927), o conceito permite analisar se uma sociedade é estruturalmente aberta ou fechada. A análise sociológica divide esse fenômeno em duas dimensões principais: a mobilidade vertical — ascendente ou descendente na hierarquia de status, renda e poder — e a horizontal, caracterizada pela mudança de posição sem alteração na classe social. Além disso, investiga-se a mobilidade sob a perspectiva intergeracional, que compara a trajetória do indivíduo com a de sua família de origem, evidenciando o peso da herança social nas oportunidades de transição.

Nas Ciências Sociais contemporâneas, autores como Bourdieu (1964) e Passeron (1970) problematizam essa dinâmica ao demonstrar que o avanço em elementos práticos, como a escolaridade, nem sempre garante a ascensão, uma vez que a reprodução do capital cultural atua

como barreira invisível. Desse modo, mais do que uma transição individual de renda ou ocupação profissional, a mobilidade social é um indicador fundamental para compreender os limites das oportunidades e os mecanismos de manutenção da desigualdade em uma determinada estrutura política e econômica.

No dia a dia escolar, principalmente entre jovens da escola pública, a mobilidade social se apresenta como expectativa de mudança de vida, como já foi mencionado acima, pois ela costuma ser ligada à ideia de “ter um futuro melhor”, “conseguir um trabalho digno”, “entrar numa universidade” ou “dar uma condição melhor para a família”. Essas expectativas revelam que a mobilidade não se resume apenas ao plano econômico, mas envolve também reconhecimento, autonomia e acesso a oportunidades que não se restringem ao ser individual, mas também à família, que antes pareciam bem distantes.

Entretanto, é preciso destacar que a mobilidade social não acontece de forma automática com a escolarização, porque mesmo os jovens que concluem o ensino médio podem enfrentar dificuldades para acessar o mercado de trabalho ou alcançar estabilidade, especialmente quando vivem em territórios marcados por desigualdades e poucas oportunidades. Essa realidade reforça a ideia de que a mobilidade social depende não apenas do esforço individual, mas de condições estruturais, políticas públicas e oportunidades reais, que muitas vezes — ou sempre — não surgem para que essa mudança realmente aconteça.

dados do IBGE (2025) mostram que esse desafio ainda é expressivo no país: em 2024, foi apontado que 8,7 milhões de jovens de 14 a 29 anos não haviam completado o ensino médio, em razão de abandono ou não acesso, revelando a permanência de uma barreira educacional significativa para a juventude brasileira. A compreensão da relação entre educação e desigualdade social tem sido amplamente discutida na sociologia da educação. Nesse sentido, “a escola herda dos herdeiros e tende a legitimar e naturalizar as desigualdades sociais, transformando-as em desigualdades de mérito” (Bourdieu, 1998). Assim, estudar mobilidade social exige compreender que ela é influenciada pela educação, mas também é atravessada por fatores sociais mais amplos, como pobreza, desigualdade territorial, desigualdade racial e acesso desigual a direitos essenciais à vida.

Diz-se, a partir dessa inferência, que é possível descrever a mobilidade como um emaranhado de situações vivenciadas desde a convivência familiar, especialmente pelos jovens — público analisado nessa temática —, que fazem com que surja uma forte perseverança na educação como meio para uma mobilidade social, pois acreditam, como de fato o é, que a educação tem o poder de transformar realidades. Desse modo, entende-se que, embora a educação seja vista como um caminho para a ascensão social, ela não se dá de forma igual para

todos, pois está diretamente ligada às condições sociais e às oportunidades disponíveis ao longo da trajetória dos indivíduos.

1.3 Desigualdade social e seus efeitos na escolarização

A desigualdade social é uma característica histórica do Brasil e se manifesta em múltiplas dimensões: renda, moradia, alimentação, transporte, saúde e segurança. Ela também se expressa no campo educacional, afetando o acesso, a permanência e o desempenho escolar. Como aponta Bourdieu (1998), os estudantes chegam à escola com diferentes níveis de capital cultural, o que influencia diretamente seu desempenho e suas oportunidades de sucesso. Assim, aqueles que já possuem maior familiaridade com os códigos valorizados pela escola tendem a obter melhores resultados, enquanto os demais enfrentam maiores dificuldades, reforçando as desigualdades já existentes.

Diariamente, as desigualdades impactam a vida escolar de formas diversas. Um exemplo pertinente são os estudantes em situação de vulnerabilidade social, que podem enfrentar falta de recursos básicos, ausência de apoio familiar para os estudos, necessidade de trabalhar cedo, dificuldades de deslocamento e insegurança no território. Fatores como esses dificultam a permanência e interferem no rendimento escolar, criando trajetórias marcadas por interrupções e limitações, o que resulta na desigualdade, que não é apenas um pano de fundo, mas atua diretamente sobre as possibilidades de escolarização e sobre o modo como os estudantes vivenciam a educação.

Mesmo com avanços na ampliação do acesso escolar, ainda existem parcelas importantes da juventude fora da escola, o que evidencia que as desigualdades sociais e econômicas continuam limitando o acesso e a permanência de muitos jovens no sistema educacional, comprometendo suas oportunidades de ascensão social. O Censo Demográfico 2022 mostra que, entre os jovens de 15 a 17 anos, a taxa de frequência escolar bruta foi de 85,3%, o que indica que nem todos estão inseridos na escola durante a idade correspondente ao ensino médio. Com isso, é possível dizer que muitos jovens deixam os estudos para trabalhar e melhorar a vida, como muitos deles retratam, especificando o alto custo que viver exige atualmente. Nesse sentido, entende-se que a educação representa um dos principais instrumentos de mobilidade social, uma vez que possibilita a aquisição de conhecimentos, habilidades e qualificações que ampliam as perspectivas de inserção no mercado de trabalho e de melhoria das condições de vida. Assim, a exclusão escolar não afeta apenas a trajetória individual dos jovens, mas também perpetua ciclos de desigualdade que dificultam a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Como destaca o sociólogo Souza (2017), essas condições produzem o que se pode chamar de “habitus precário”. Para ele, o estudante que precisa conciliar o trabalho com os estudos enfrenta uma desvantagem estrutural, pois a fadiga e a urgência pela sobrevivência material limitam o tempo e a energia necessários para o desenvolvimento acadêmico pleno. Com isso, a evasão escolar, nesse sentido, não deve ser compreendida como uma escolha individual, mas como resultado de um conjunto de fatores estruturais que limitam as possibilidades de permanência dos jovens na escola. Por isso, é impossível falar de educação e escola sem mencionar a desigualdade social, que é bastante vista nesse âmbito, ressaltando que essa desigualdade, ainda muito presente, é a causa de milhares de jovens desistirem da escola e de alcançarem uma estabilidade na sociedade através do estudo.

É fundamental a implementação de políticas públicas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar dos estudantes em situação de vulnerabilidade. Um bom exemplo a ser adotado é o aumento de vagas em programas de assistência estudantil, transporte escolar, alimentação adequada e apoio pedagógico, pois são essas as condições essenciais para reduzir os impactos das desigualdades no cotidiano escolar.

2. A JUVENTUDE E O HORIZONTE DA MOBILIDADE SOCIAL EM UM CENÁRIO DE DESIGUALDADE

No campo das Ciências Sociais, a juventude não é compreendida como um bloco único ou apenas uma faixa etária biológica, mas como uma construção social atravessada pelas condições de classe. Para o jovem que vivencia a desigualdade estrutural, a experiência juvenil é marcada por uma tensão constante entre o desejo de futuro e as urgências do presente. Nesse cenário, a educação surge como o principal instrumento de mobilidade social, representando a esperança de ruptura com ciclos históricos de exclusão. Mas, “a mobilidade social no Brasil ocorre de forma limitada, sendo fortemente condicionada pela origem social” (Pochmann, 2012).

Essa limitação que existe da mobilidade social apontada por Pochmann (2012) se evidencia, sobretudo, no contexto do ensino médio, etapa em que muitos jovens enfrentam o dilema entre continuar os estudos ou ingressar precocemente no mercado de trabalho. É possível notar que a interferência no acesso e na permanência de tantos jovens na rede escolar se dá por percalços como a necessidade de trabalhar, a falta de apoio familiar, a precariedade das condições escolares e a ausência de políticas públicas eficazes, que surgem e são implementadas através de grandes poderes difíceis de enfrentar, reproduzindo ao longo do tempo atitudes de abandono, desesperança e desânimo nos mesmos.

A busca pela mobilidade social no ensino médio não pode ser vista apenas como uma questão de esforço individual ou “resiliência”, porque, na verdade, ela é uma luta política e social, pois a juventude brasileira enfrenta inúmeros desafios em meio a um cenário marcado por profundas desigualdades sociais, econômicas e educacionais. O horizonte da mobilidade social apresenta-se, portanto, para muitos jovens, como um percurso permeado por obstáculos estruturais que limitam o acesso a direitos básicos e oportunidades de ascensão social. A desigualdade de renda, a precarização do trabalho e as dificuldades de acesso à educação de qualidade afetam diretamente as perspectivas de futuro da população jovem, sobretudo daqueles pertencentes às classes populares. Conforme afirma Dayrell (2007), a juventude deve ser compreendida em sua pluralidade, considerando as diferentes realidades sociais, culturais e econômicas que influenciam as experiências juvenis.

A mobilidade social está intimamente relacionada às oportunidades de acesso à educação, à profissionalização e ao mercado de trabalho, o que explica por que os jovens encontram-se diante de uma realidade contraditória, pois, ao mesmo tempo em que a sociedade valoriza a escolarização como caminho para melhores condições de vida, persistem

desigualdades que dificultam a permanência e o sucesso escolar. Segundo Bourdieu (1998), o sistema educacional tende a reproduzir as desigualdades sociais existentes, favorecendo grupos que já possuem maior capital cultural e econômico. Assim, muitos jovens das periferias urbanas e das comunidades socialmente vulneráveis enfrentam limitações que comprometem suas possibilidades de ascensão social.

A discussão sobre juventude e desigualdade também envolve a análise das relações entre trabalho e perspectivas de futuro. De acordo com Antunes (2009), as transformações ocorridas no mundo do trabalho intensificaram processos de precarização e instabilidade, afetando especialmente os jovens trabalhadores. O desemprego, a informalidade e os baixos salários tornam-se fatores que dificultam a conquista da autonomia financeira e a construção de projetos de vida mais estáveis. Dessa forma, a juventude contemporânea vivencia um cenário de incertezas, no qual o esforço individual nem sempre é suficiente para garantir melhores condições sociais.

Nessa perspectiva, Freire (1996, p. 25) ressalta a importância da educação crítica e emancipadora ao afirmar:

A educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo. Por isso, ensinar exige compromisso com a formação humana, com a autonomia dos sujeitos e com a capacidade crítica necessária para compreender e enfrentar as injustiças sociais presentes na realidade.

A reflexão do autor evidencia que a educação desempenha papel fundamental na ampliação das possibilidades de mobilidade social da juventude; afinal, quando a escola promove o pensamento crítico, a valorização das experiências juvenis e o desenvolvimento da autonomia, contribui para que os jovens compreendam sua realidade social e atuem na transformação das condições de desigualdade que os cercam.

No entanto, é importante reconhecer que as oportunidades de mobilidade social não dependem exclusivamente do esforço individual dos jovens, mas sim de políticas públicas voltadas à educação, ao acesso ao ensino superior, à geração de emprego e renda e à inclusão social, que são fundamentais para reduzir as desigualdades estruturais existentes no país. Segundo Castel (1998), a exclusão social está relacionada à fragilidade das políticas de proteção social e à dificuldade de inserção digna no mercado de trabalho. Nesse sentido, a ausência de investimentos públicos compromete diretamente as perspectivas de desenvolvimento da juventude brasileira.

A partir dessa análise, afirma-se que a juventude e o horizonte da mobilidade social, em um cenário de desigualdade, constituem temas de grande relevância para a compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas. Embora a educação e o trabalho sejam frequentemente

apresentados como caminhos para a ascensão social, muitos jovens ainda enfrentam barreiras impostas pelas desigualdades econômicas e sociais historicamente construídas. Assim, torna-se necessário fortalecer políticas públicas que garantam acesso à educação de qualidade, oportunidades de profissionalização e condições dignas de inserção social, possibilitando que a juventude construa trajetórias mais justas, autônomas e emancipadoras.

Estudar, pesquisar e mostrar a complexidade dessa trajetória significa entender que a escola precisa oferecer mais do que conteúdo teórico: ela deve ser um espaço de acolhimento que compreenda as limitações impostas pela desigualdade, um reconhecimento de vivências também, para assim permitir que o desejo de mudança desse jovem não seja esmagado pelo peso da estrutura social que, por muito tempo, já destrói, martiriza e desanima milhares de famílias que podem ver na educação um futuro melhor e digno.

Dessa forma, a desigualdade educacional no Brasil não se manifesta apenas no acesso à escola, mas, sobretudo, nas condições de permanência e aprendizagem, e em como os jovens provenientes de contextos socialmente vulneráveis enfrentam uma realidade marcada pela precariedade das instituições de ensino, pela ausência de recursos pedagógicos adequados e pela necessidade de conciliar estudo e trabalho. Nesse sentido, “a escola herda dos herdeiros e tende a legitimar e naturalizar as desigualdades sociais, transformando-as em desigualdades de mérito” (Bourdieu, 1998). Assim, as trajetórias escolares tornam-se desiguais desde o início, dificultando a efetivação da mobilidade social.

2.1 Juventude, identidade social e perspectivas de futuro

A juventude representa uma importante etapa do desenvolvimento humano, marcada pela construção da identidade social, cultural e profissional dos indivíduos. Nesse período, os jovens passam a elaborar projetos de vida, definir expectativas para o futuro e buscar inserção nos diferentes espaços sociais. Entretanto, as oportunidades disponíveis para essa construção identitária variam conforme as condições econômicas, educacionais e culturais às quais os sujeitos têm acesso. Segundo Dayrell (2007), as juventudes devem ser compreendidas em sua pluralidade, considerando as diferentes experiências vividas pelos jovens em contextos sociais distintos. Dessa forma, a condição juvenil não pode ser analisada de maneira homogênea, pois as desigualdades sociais influenciam diretamente as possibilidades de desenvolvimento e mobilidade social.

As perspectivas de futuro dos jovens estão profundamente relacionadas ao acesso à educação e às condições de permanência escolar. Em sociedades desiguais, muitos jovens enfrentam dificuldades para concluir a educação básica e ingressar no ensino superior, situação

que compromete seus projetos pessoais e profissionais. Conforme Bourdieu (1998), o capital cultural herdado pelas famílias exerce significativa influência sobre o desempenho escolar e sobre as trajetórias sociais dos estudantes. Assim, os jovens oriundos das classes populares frequentemente enfrentam maiores obstáculos no processo de escolarização, o que evidencia a estreita relação entre desigualdade social e limitação das oportunidades de ascensão social.

A construção da identidade juvenil também é influenciada pelas transformações econômicas e tecnológicas da sociedade contemporânea, haja vista que, com o avanço das tecnologias digitais, a expansão das redes sociais e as mudanças no mundo do trabalho, alteraram significativamente as formas de interação social e de construção de expectativas profissionais. Segundo Bauman (2005), a modernidade líquida caracteriza-se pela instabilidade das relações sociais e pela fragilidade das perspectivas futuras, afetando especialmente a juventude. Nesse contexto, muitos jovens vivenciam sentimento de insegurança e incerteza quanto à realização de seus objetivos pessoais e profissionais.

Freire (1996, p. 52) ressalta a importância da educação no fortalecimento da autonomia juvenil ao afirmar:

A educação deve estimular a capacidade crítica dos educandos, permitindo que eles compreendam a realidade em que vivem e se reconheçam como sujeitos históricos capazes de intervir no mundo. Formar jovens conscientes significa oferecer condições para que construam seus próprios caminhos e enfrentem as desigualdades sociais de maneira crítica e transformadora.

A fala do autor evidencia que a formação da juventude não deve restringir-se à aquisição de conteúdos escolares, mas envolver o desenvolvimento da consciência crítica e da participação social. Portanto, entende-se que a escola possui papel fundamental na construção da identidade dos jovens e na ampliação de suas perspectivas de futuro.

Resumidamente, a juventude e suas perspectivas de mobilidade social precisam ser analisadas considerando as múltiplas dimensões que atravessam a vida dos sujeitos. As desigualdades econômicas, culturais e educacionais influenciam diretamente as oportunidades oferecidas aos jovens, afetando suas possibilidades de inserção social e profissional. Desse modo, torna-se necessário fortalecer políticas públicas educacionais e sociais que promovam inclusão, equidade e valorização das juventudes em suas diferentes realidades.

2.2 Juventude, desigualdade social e desafios educacionais

A desigualdade social constitui um dos principais fatores que impactam as trajetórias educacionais da juventude brasileira. Embora o acesso à educação básica tenha sido ampliado nas últimas décadas, persistem profundas diferenças relacionadas à qualidade do ensino, às condições de permanência escolar e ao desempenho acadêmico dos estudantes. Nesse contexto,

jovens pertencentes às classes populares enfrentam maiores dificuldades para concluir seus estudos e alcançar melhores oportunidades sociais. Conforme Libâneo (2012), a escola pública brasileira ainda reflete desigualdades estruturais que limitam o acesso democrático ao conhecimento.

Os desafios educacionais enfrentados pelos jovens vão além das dificuldades pedagógicas, envolvendo também questões econômicas e sociais. Muitos estudantes precisam conciliar os estudos com o trabalho, situação que compromete o rendimento escolar e aumenta os índices de evasão. Além disso, fatores como violência urbana, ausência de infraestrutura adequada e vulnerabilidade social interferem diretamente no processo de aprendizagem. Segundo Arroyo (2014), a exclusão escolar está associada às condições de desigualdade vivenciadas pelas classes populares, exigindo da escola práticas mais inclusivas e sensíveis às realidades dos estudantes.

A desigualdade educacional também se manifesta nas diferenças de acesso aos recursos culturais e tecnológicos, quando, por exemplo, jovens de famílias economicamente favorecidas possuem maior acesso a livros, cursos complementares, equipamentos tecnológicos e ambientes de estudo adequados. Em contrapartida, estudantes das periferias urbanas e das zonas rurais frequentemente enfrentam limitações estruturais que dificultam seu desenvolvimento acadêmico. Nesse sentido, Bourdieu (1998) destaca que a escola tende a reproduzir desigualdades sociais ao valorizar códigos culturais mais próximos das classes dominantes.

Saviani (2013, p. 78) enfatiza a importância da democratização do ensino ao afirmar:

Uma educação verdadeiramente democrática deve assegurar não apenas o acesso à escola, mas também condições efetivas para que todos os estudantes tenham oportunidade de apropriar-se do conhecimento historicamente produzido pela humanidade. Sem isso, a escola corre o risco de reproduzir as desigualdades existentes na sociedade.

O autor acima evidencia que o combate às desigualdades educacionais exige políticas públicas comprometidas com a qualidade do ensino e com a inclusão social. Garantir acesso, permanência e aprendizagem significativa são condições fundamentais para a promoção da justiça educacional.

Apresentam-se, então, os desafios educacionais enfrentados pela juventude brasileira, que refletem as desigualdades estruturais presentes na sociedade. A superação dessas dificuldades depende da implementação de políticas públicas voltadas à valorização da escola pública, à formação docente e à ampliação das oportunidades educacionais. Somente por meio de uma educação inclusiva e de qualidade será possível ampliar as perspectivas de mobilidade social da juventude.

2.3 Trabalho, projeto de vida e mobilidade social juvenil

O trabalho ocupa lugar central na construção dos projetos de vida da juventude contemporânea, pois, para muitos jovens, a inserção no mercado de trabalho representa não apenas a busca por autonomia financeira, mas também a possibilidade de ascensão social e reconhecimento profissional. Entretanto, em um contexto marcado por desigualdades econômicas e precarização das relações trabalhistas, os jovens enfrentam inúmeras dificuldades para conquistar estabilidade e melhores condições de vida. Segundo Antunes (2009), as transformações ocorridas no mundo do trabalho intensificaram a informalidade e a insegurança profissional, afetando especialmente a população jovem.

A relação entre escolarização e inserção profissional é frequentemente apresentada como caminho para a mobilidade social; contudo, a conclusão da educação básica ou mesmo do ensino superior não garante automaticamente acesso a empregos estáveis e bem remunerados. Muitos jovens qualificados enfrentam desemprego, subemprego e baixos salários, realidade que evidencia os limites da educação diante das desigualdades estruturais do mercado de trabalho. Conforme Castel (1998), a fragilidade das relações trabalhistas contribui para o aumento da vulnerabilidade social e da exclusão econômica.

Além das dificuldades relacionadas ao emprego, muitos jovens encontram obstáculos para construir projetos de vida consistentes. A ausência de oportunidades, a insegurança financeira e as desigualdades sociais interferem diretamente nas expectativas de futuro da juventude. Nesse contexto, a escola desempenha papel importante ao promover reflexões sobre cidadania, trabalho e planejamento de vida. A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) destaca a importância do desenvolvimento do projeto de vida no ensino médio, estimulando o protagonismo juvenil e a construção de perspectivas pessoais e profissionais.

Freire (1996, p. 39) ressalta a dimensão transformadora da educação ao afirmar:

Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo. O processo educativo deve contribuir para que os sujeitos reconheçam suas possibilidades de atuação social e construam projetos de vida pautados na autonomia, na dignidade e na esperança de transformação.

Em sua fala, Freire evidencia que a educação possui papel fundamental na formação dos jovens e na ampliação de suas perspectivas sociais. Quando a escola promove o diálogo, o pensamento crítico e a valorização das experiências juvenis, contribui para fortalecer a autoestima e a capacidade de planejamento dos estudantes.

Portanto, a relação entre trabalho, projeto de vida e mobilidade social juvenil revela a complexidade das trajetórias vividas pela juventude em contextos de desigualdade. Embora a

educação seja um importante instrumento de inclusão social, a efetivação da mobilidade social depende também de políticas públicas voltadas à geração de emprego, à valorização da juventude e à redução das desigualdades econômicas. Assim, torna-se essencial fortalecer ações que garantam aos jovens condições dignas de formação, trabalho e participação social.

3. A ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO E AS OPORTUNIDADES DE MOBILIDADE SOCIAL

Ao observar o cotidiano escolar e os índices de acesso ao ensino superior, percebe-se que a mobilidade social opera em uma zona de tensão: entre o desejo de ascensão social dos jovens e as barreiras estruturais que o sistema insiste em manter (Bourdieu; Passeron, 1970). Com isso, falar em mobilidade social através da educação exige um confronto com o que Bourdieu (2014) define como reprodução social, uma vez que, para ele, a escola não é um terreno neutro; ela tende a valorizar o capital cultural que as classes dominantes já possuem. E, quando a escola pública não oferece as ferramentas para que os estudantes de classes populares adquiram esse capital, a tendência é que a escola acabe permitindo as desigualdades.

Nesse cenário, a noção de mobilidade social não pode ser considerada um mecanismo linear e plenamente garantido pela escolarização. Ao contrário, torna-se necessário considerar as condições concretas que delimitam trajetórias. Por essa razão, aproximar-se da interpretação de Bourdieu (2014) permite compreender a educação como processo social atravessado por relações de força, já que o autor sustenta que “a escola não é um terreno neutro” (Bourdieu, 2014). Ao destacar a tendência institucional de valorizar disposições e capitais culturalmente reconhecidos pelas classes dominantes, a perspectiva do autor torna-se inteligível porque, quando a escola pública não oferece condições efetivas para a aquisição do capital cultural esperado, o sistema tende a converter desigualdades prévias em desigualdades escolares, mantendo-as em vez de superá-las.

E a partir disso, o certificado de ensino médio, nesse contexto, torna-se menos um passaporte para o topo e mais um certificado de adaptação ao mercado de trabalho precarizado, de sobrevivência propriamente dito. Contudo, não se pode ignorar o papel da escola como espaço de resistência. Como defende Saviani (2011), “a função social da escola pública é a socialização do saber sistematizado.” A verdadeira mobilidade só acontece quando o ensino médio público garante ao aluno o domínio das ciências e da cultura universal. Com isso, é esse conhecimento que permite ao jovem de não apenas disputar uma vaga na universidade, mas também compreender a estrutura da sociedade em que vive para tentar transformá-la em um lugar melhor e de oportunidades para todos.

Compreende-se, a partir da visão do autor, que a escola pode contribuir para a formação de sujeitos capazes de interpretar a sociedade para transformá-la. É então possível inferir que a verdadeira mobilidade não se realiza apenas no âmbito individual, mas no âmbito coletivo: ao ampliar o horizonte intelectual, o ensino médio público permite que o estudante não apenas

busque uma vaga, mas também se identifique com as mediações que produzem desigualdades e, assim, construa ferramentas para intervir na realidade. Trata-se, portanto, de uma mobilidade que opera simultaneamente como ascensão e como leitura crítica do mundo. Dessa forma, a educação pública pode sustentar a formação de consciência social e política, permitindo que o jovem compreenda o funcionamento da sociedade em que vive e reconheça que o futuro não é um destino fechado, mas um problema histórico a ser disputado.

A escola pública de ensino médio ocupa um papel central na formação dos jovens brasileiros e na ampliação das oportunidades de mobilidade social. Em uma sociedade marcada por desigualdades econômicas e sociais, a educação apresenta-se como um dos principais instrumentos capazes de promover mudanças significativas na vida dos indivíduos. Nesse contexto, o ensino médio público assume a função de preparar os estudantes não apenas para o ingresso no ensino superior e no mercado de trabalho, mas também para o exercício da cidadania crítica e participativa. Conforme destaca Saviani (2013), a educação escolar constitui um elemento essencial para a democratização social, uma vez que possibilita aos sujeitos o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade.

A relação entre educação e mobilidade social é amplamente discutida na literatura educacional e sociológica. De acordo com Bourdieu (1998), embora a escola possa reproduzir desigualdades existentes na sociedade, ela também pode se tornar espaço de transformação quando assegura condições de acesso e permanência aos estudantes das classes populares. Nesse sentido, a escola pública de ensino médio representa, para muitos jovens, a principal possibilidade de ascensão social, especialmente por meio da continuidade dos estudos em instituições de ensino superior e da qualificação profissional. Assim, o ambiente escolar torna-se um espaço estratégico de construção de projetos de vida e de desenvolvimento de competências necessárias à inserção social e econômica.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a importância do ensino médio na formação integral dos estudantes, defendendo práticas pedagógicas voltadas ao protagonismo juvenil e ao desenvolvimento humano. Segundo Brasil (2018), o ensino médio deve promover a formação ética, crítica e autônoma, articulando conhecimentos científicos, culturais e sociais. Tal perspectiva amplia a compreensão de que a escola pública não deve limitar-se à transmissão de conteúdos, mas contribuir para a formação de sujeitos capazes de intervir na realidade em que vivem. Dessa forma, a educação pública torna-se instrumento de fortalecimento da democracia e de combate às desigualdades sociais historicamente presentes no país.

Nesse contexto, Freire (1996, p. 47) enfatiza a importância da educação como prática transformadora ao afirmar:

Não há saber mais ou saber menos; há saberes diferentes. Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos e o reconhecimento de suas experiências de vida como ponto de partida para a construção do conhecimento. A educação deve contribuir para a libertação dos sujeitos, permitindo-lhes compreender criticamente o mundo e atuar na transformação da realidade social.

A citação evidencia que a escola pública precisa reconhecer as vivências dos estudantes e promover uma educação inclusiva e emancipadora. Quando a instituição escolar valoriza os conhecimentos prévios dos jovens e desenvolve práticas pedagógicas significativas, contribui diretamente para o fortalecimento da autoestima, da autonomia e das perspectivas de futuro dos educandos.

Entretanto, apesar de sua relevância social, a escola pública de ensino médio ainda enfrenta inúmeros desafios estruturais e pedagógicos. Problemas relacionados à evasão escolar, à insuficiência de recursos didáticos, à precarização das condições de trabalho docente e à desigualdade no acesso às tecnologias dificultam a efetivação de uma educação de qualidade para todos. Segundo Libâneo (2012), a qualidade da educação pública está diretamente relacionada à garantia de condições adequadas de ensino e aprendizagem, bem como à valorização dos profissionais da educação. Dessa maneira, a superação desses obstáculos exige investimentos públicos contínuos e políticas educacionais comprometidas com a equidade social.

Nesse viés, a escola pública de ensino médio desempenha um papel fundamental na promoção das oportunidades de mobilidade social no Brasil. Ao oferecer acesso ao conhecimento, à formação crítica e às possibilidades de qualificação acadêmica e profissional, a instituição escolar contribui para a redução das desigualdades sociais e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Contudo, para que essa função seja plenamente concretizada, é necessário fortalecer políticas públicas educacionais que garantam qualidade, inclusão e permanência dos estudantes no ambiente escolar, assegurando que a educação pública continue sendo um caminho legítimo de transformação social.

Importa ressaltar que essa transformação, contudo, enfrenta o desafio de desmistificar a lógica meritocrática, pois, ao transferir para o indivíduo a responsabilidade por um sucesso que depende de condições estruturais, o sistema camufla suas próprias deficiências. Além disso, as recentes reformas educacionais, como o Novo Ensino Médio, correm o risco de oficializar essa divisão: reservando o saber científico abstrato para as elites e empurrando a juventude trabalhadora para uma formação instrumentalizada e imediata. Portanto, resistir dentro da escola pública significa, fundamentalmente, exigir o direito ao pensamento complexo como ferramenta de emancipação — e não apenas de adequação ao mercado.

3.1 O ensino médio público na formação cidadã e profissional

O ensino médio público desempenha papel fundamental na formação cidadã e profissional da juventude brasileira, especialmente por constituir-se como espaço de construção do conhecimento, desenvolvimento da consciência crítica e preparação para o exercício da cidadania. Além da transmissão de conteúdos científicos, a escola pública possui a responsabilidade de contribuir para a formação ética, social e cultural dos estudantes, preparando-os para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho. Segundo Libâneo (2012), a educação escolar deve promover o desenvolvimento integral do sujeito, favorecendo sua participação ativa na sociedade. Nesse contexto, o ensino médio representa etapa decisiva para a consolidação de competências necessárias à continuidade dos estudos e à inserção profissional dos jovens.

A formação cidadã promovida pela escola pública está relacionada ao desenvolvimento da autonomia, da criticidade e da capacidade de reflexão sobre a realidade social. Freire (1996, p. 25) afirma que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. A reflexão do autor evidencia que o processo educativo deve estimular a participação ativa dos estudantes na construção do saber, fortalecendo práticas democráticas e emancipadoras. Dessa forma, o ensino médio público torna-se espaço de valorização da diversidade, do diálogo e da formação de sujeitos conscientes de seus direitos e deveres sociais.

No âmbito profissional, o ensino médio também exerce importante influência nas perspectivas de mobilidade social da juventude. A qualificação educacional amplia as oportunidades de acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho, possibilitando melhores condições de vida para os estudantes das classes populares. Contudo, as desigualdades existentes entre as redes de ensino comprometem, muitas vezes, a efetivação dessa função social da escola. Saviani (2013, p. 48) ressalta:

A escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado. Sua função é garantir às classes populares o acesso ao conhecimento historicamente produzido, permitindo-lhes compreender criticamente a realidade e participar das transformações sociais de maneira consciente e ativa.

A autoria acima demonstra que o ensino médio público precisa assegurar aos estudantes acesso ao conhecimento científico e cultural, fortalecendo sua participação social e profissional, garantindo sua independência e um excelente resultado no processo de ensino e aprendizagem. Assim, a educação pública constitui importante instrumento de democratização das oportunidades e de combate às desigualdades sociais.

O ensino médio público, portanto, possui relevância significativa na formação cidadã e profissional dos jovens brasileiros, etapa historicamente destinada aos adolescentes de 15 a 17 anos. Ao promover conhecimentos, valores éticos e competências sociais, a escola contribui para o fortalecimento da cidadania e para a construção de perspectivas de futuro mais amplas. Entretanto, para que essa função seja plenamente concretizada, torna-se necessário ampliar investimentos em políticas públicas educacionais, garantindo qualidade de ensino, valorização docente e condições adequadas de aprendizagem para todos os estudantes.

3.2 Desigualdades educacionais e permanência escolar

As desigualdades educacionais constituem um dos principais desafios enfrentados pela educação pública brasileira, afetando diretamente a permanência escolar e as oportunidades de desenvolvimento da juventude. Embora o acesso ao ensino médio tenha se ampliado nas últimas décadas, muitos estudantes ainda enfrentam dificuldades relacionadas às condições socioeconômicas, à precarização da infraestrutura escolar e à necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho. Segundo Arroyo (2014), a exclusão escolar está profundamente associada às desigualdades sociais historicamente produzidas pela sociedade brasileira. Dessa maneira, compreender os fatores que interferem na permanência escolar é fundamental para a construção de políticas educacionais mais inclusivas e democráticas.

A permanência dos estudantes na escola depende de diversos fatores que vão além do desempenho acadêmico, como questões relacionadas à renda familiar, transporte escolar, alimentação, acesso à tecnologia e apoio pedagógico influenciam diretamente a continuidade dos estudos. Em virtude desses fatores muitos jovens das classes populares precisam conciliar trabalho e escolarização, situação que contribui para o aumento da evasão escolar e para o comprometimento da aprendizagem. Nesse contexto, Libâneo (2012, p. 73) destaca que “não basta garantir o acesso à escola; é necessário assegurar condições concretas de permanência e aprendizagem significativa.

As desigualdades educacionais também se manifestam nas diferenças de acesso aos recursos culturais e pedagógicos. Estudantes pertencentes às classes economicamente favorecidas possuem maiores oportunidades de acesso a livros, tecnologias digitais, cursos complementares e ambientes adequados de estudo. Em contrapartida, muitos alunos da escola pública enfrentam limitações estruturais que dificultam seu desenvolvimento acadêmico. Freire (1996, p. 32) afirma:

A educação deve ser compreendida como prática de liberdade. Uma escola comprometida com a transformação social precisa reconhecer as desigualdades

existentes e atuar no sentido de promover inclusão, diálogo e emancipação dos sujeitos historicamente marginalizados.

A partir da fala do autor, é possível refletir sobre a evidência de que a escola precisa desenvolver práticas pedagógicas comprometidas com a equidade social e com a valorização das diferentes realidades dos estudantes. Dessa forma, a educação pública pode contribuir para reduzir desigualdades e fortalecer a cidadania.

Nessa perspectiva, a Sociologia da Educação, sobretudo a partir das contribuições de Bourdieu (2014), aponta que as desigualdades na permanência escolar ultrapassam a dimensão puramente econômica, manifestando-se também na disparidade do capital cultural acumulado pelos estudantes. Levando para o cenário nacional, essa dinâmica ganha contornos ainda mais complexos quando analisada sob a ótica da sociologia urbana. Conforme aponta Castells (2011), a segregação espacial e a desigualdade na distribuição dos recursos — que hoje se estende de forma crítica à exclusão digital e à falta de acesso pleno às tecnologias de informação — isolam as juventudes das periferias. O lugar onde o estudante reside, portanto, passa a atuar como um fator ímpar para a sua trajetória acadêmica, uma vez que a precarização das infraestruturas locais e as barreiras de mobilidade reduzem suas chances reais de permanência e de apropriação dos bens educacionais.

Somado a isso, o imperativo da sobrevivência material impõe à juventude das classes populares uma inserção precoce em um mercado de trabalho marcado pela informalidade e pela instabilidade. Pinassi (2007) evidencia que a precarização estrutural do trabalho na contemporaneidade esvazia as garantias sociais das famílias trabalhadoras, empurrando os jovens para jornadas duplas que comprometem severamente seu tempo de estudo e descanso.

São desafios fundamentais para que não aconteça uma ascensão social, portanto, é necessário enfrentar as desigualdades educacionais e garantir a permanência escolar dos jovens, para a efetivação do direito à educação e para a promoção da mobilidade social. A valorização da escola pública, a ampliação das políticas de assistência estudantil e o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas representam medidas essenciais para assegurar melhores condições de aprendizagem aos jovens brasileiros. Assim, a permanência escolar deve ser compreendida como elemento indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

4. O PAPEL DA ESCOLA PÚBLICA NA FORMAÇÃO DE JOVENS DO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentam-se as análises e discussões dos dados empíricos coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com discentes, egressos e profissionais da educação atuantes no ensino médio, através de formulários digitais do Google Forms. A partir do relato desses sujeitos, buscou-se compreender a realidade escolar sob uma tríplice perspectiva: a de quem vivencia o processo de aprendizagem na atualidade, a de quem já concluiu essa etapa e a de quem conduz a prática pedagógica no cotidiano. Os achados da pesquisa foram organizados em três eixos analíticos centrais, como segue:

- **Eixo I:** As principais dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar;
- **Eixo II:** As perspectivas futuras dos jovens e as conquistas alcançadas por meio do estudo;
- **Eixo III:** O papel da educação pública como vetor de mobilidade social sob a ótica docente.

O grupo de participantes do presente estudo foi segmentado em três grupos amostrais (A, B e C), conforme detalhado no quadro a seguir:

Tabela 1: matriz analítica e caracterização dos sujeitos da pesquisa

Grupo	Perfil dos participantes	Quantidade	Faixa Etária-Tempo de Atuação
A	Alunos regularmente matriculados no 1º e 3º ano do Ensino Médio	06	15 a 17 anos
B	Egressos (ex-alunos) do Ensino Médio da rede pública	05	19 a 26 anos
C	Profissionais da educação (Professores)	03	3 a 19 anos de docência

Fonte: dados da pesquisa (2026)

4.1 Dificuldades Encontradas na Trajetória Escolar de Alunos e Egressos

Os obstáculos reportados pelos participantes dos Grupos A e B revelam convergências temporais e estruturais significativas, sugerindo que, apesar do transcorrer dos anos, as transformações estruturais necessárias na escola pública permanecem, contidas e não manifestas na prática pedagógica e estrutural diária. Sob a perspectiva da teoria da reprodução social, esse aspecto reflete como o sistema escolar tende a perpetuar as condições de

conservação social em detrimento da mudança, transformando a escola em um aparato reprodutor de desigualdades socioeconômicas, e não em um agente de ruptura.

Enquanto o Grupo A (estudantes) enfatiza o déficit de profissionais qualificados e a descontinuidade pedagógica, o Grupo B (egressos) salienta carências estruturais, pedagógicas e socioeconômicas crônicas. Evidencia-se, assim, uma mútua dependência entre esses fatores, os quais se interligam e tencionam o percurso educacional de ambos os grupos. Essa realidade é sintetizada pelos discentes do Grupo A ao apontarem as principais deficiências do formato de ensino atual, como: a falta de profissionais qualificados nas redes de ensino público, necessidade de melhorar o formato de ensino, buscar profissionais qualificados nas áreas específicas (Grupo A, Estudantes).

A demanda por ampliação de oportunidades e por suportes institucionais perpassa os relatos coletados. No âmbito do Grupo A, a construção do "projeto de vida" surge como uma dimensão negligenciada que requer centralidade pedagógica, o que se confirma quando os discentes solicitam expressamente o amparo da instituição para suas escolhas futuras, como destacado nos trechos das falas: “me dar oportunidades, e me ajudar a escolher o caminho certo para mim”.

Já no Grupo B, as barreiras tangenciam a exclusão digital, a mobilidade urbana deficitária e a necessidade de conciliação entre a jornada de estudos e as responsabilidades laborais domésticas ou informais. Ademais, identificam-se vulnerabilidades de ordem psicossocial, marcadas por crises de ansiedade, baixa autoestima e exaustão, conforme evidenciado nos relatos das egressas, os enunciados destacam:

Enfrentei principalmente o deslocamento, não havia um transporte em casa, então tinha que acordar cedo e ir caminhando para a instituição por um tempo (Grupo B, egressa, graduada em universidade pública).

Enfrentei dificuldade com autoestima. Achava que não ia conseguir passar no Enem nem terminar a faculdade. Também sofri com cansaço físico nos estágios e provas. Mas cada dificuldade me ensinou resiliência. Hoje vejo que tudo fez parte da minha formação (Egressa- 25 anos).

À luz dessas evidências, Bourdieu (2014) argumenta que o desempenho e o sucesso escolar não decorrem estritamente do mérito ou do esforço isolado do indivíduo, mas estão intrinsecamente vinculados ao "capital cultural" e às condições socioeconômicas herdadas pela estrutura familiar. Sob essa ótica de Bourdieu (2014), as privações materiais, logísticas e tecnológicas relatadas pelos discentes e egressos exteriorizam o peso das desigualdades sociais sobre as trajetórias escolares, atuando como barreiras ocultas que comprometem tanto a permanência estudantil quanto o aproveitamento acadêmico pleno.

Contudo, observa-se nos dados que, apesar dos constrangimentos estruturais vigentes, emergem narrativas de resiliência. Essas experiências ganham contornos práticos nos relatos dos ex-alunos que descrevem o enfrentamento de vulnerabilidades cotidianas, tais como a superação de barreiras logísticas de deslocamento, o manejo de fragilidades emocionais associadas ao medo do fracasso, bem como a persistência diante do cansaço físico extremo para concluir o ensino superior e atribuir um novo significado social ao papel da educação: Segundo a entrevistada egressa (Grupo B), quando enfatiza que: [...] “a escola serviu para aprender, ler, sonhar e acreditar que eu podia mais”.

Isso está em conformidade com os aportes teóricos de Saviani (2013), ao postular que o acesso ao saber sistematizado e universal é um direito fundamental e um instrumento histórico indispensável para a emancipação política dos indivíduos, potencializando a leitura crítica da realidade e a ampliação de suas oportunidades sociais. Desse modo, as trajetórias investigadas desvelam a escola pública em sua ambivalência constitutiva, isto é, uma contradição interna onde a instituição se apresenta simultaneamente como espaço de precariedade e de emancipação.

Essa dualidade pode ser observada nos dados analisados. Por um lado, a escola reproduz desigualdades presentes na sociedade brasileira, evidenciadas pela precariedade da infraestrutura, pela falta de professores qualificados e pelas dificuldades econômicas relatadas por estudantes e docentes. Por outro, continua sendo reconhecida como um espaço fundamental para a construção de perspectivas de futuro e para a busca de melhores condições de vida. Essa percepção é reforçada pelos relatos de ex-alunos que, por meio da educação, conseguiram ampliar suas oportunidades e romper com situações de vulnerabilidade social, demonstrando o potencial da escola como instrumento de mobilidade social.

4.2 Entre Expectativas e Realizações: uma análise de realidades distintas, mas convergentes

A análise das aspirações indica que o Grupo A projeta na educação escolar a principal via de acesso à estabilidade socioeconômica, pois os discentes manifestam de forma unânime o desejo de ingressar no Ensino Superior, obter uma profissão regulamentada, alcançar a independência financeira e promover a melhoria das condições de vida familiares. O diploma universitário e a inserção qualificada figuram como o núcleo organizador dessas expectativas: “[...] ingressar na faculdade de minha escolha [...] direito ou em engenharia civil [...] ter um bom trabalho e uma renda que possa me ajudar e que possa fazer eu ajudar outros também” (Grupo A, Estudantes).

Mesmo cientes das barreiras macroestruturais e das desigualdades que circundam suas vivências, esses jovens preservam a representação da escola como um espaço de preparação legítimo para o porvir, acreditando na viabilidade institucional de: “[...] preparar os alunos para a diversidade do comércio de trabalho” (Grupo A, Estudantes).

Essas percepções dialogam com as reflexões de Dayrell (2007), para quem a juventude deve ser compreendida como uma condição social marcada pela construção de identidades, expectativas e projetos de vida. Portanto, o Grupo A coloca a educação como um instrumento necessário na execução desses planos. Para o autor, o jovem não apenas reage ao meio, mas produz cultura e projeta sua existência a partir dos recursos simbólicos disponíveis, elegendo a instituição escolar como um solo central para a elaboração de suas metas de vida.

Inversamente, as respostas emitidas pelo Grupo B (egressos) reconfiguram essa discussão ao matizá-la com base nas experiências concretas vivenciadas no período pós Ensino Médio. Os dados revelam trajetórias heterogêneas: enquanto uma parcela dos ex-alunos obteve êxito na inserção profissional ou acadêmica pretendida, outra parcela defronta-se com a dura realidade do subemprego ou da desocupação involuntária. Ainda assim, o grupo valida o papel exercido pela escola pública ao caracterizá-la como a: “[...] porta de entrada para o acesso ao ensino superior” (Grupo B, Egressos).

Tais achados demonstram que a mobilidade social não se processa de maneira linear ou automática, ao contrário, é mediada e frequentemente retardada pelas persistentes amarras socioeconômicas estruturais. A comparação entre os contingentes de estudantes e de egressos permite apreender a educação como um processo dialético que articula idealização e materialidade. Se por um lado os estudantes (Grupo A) encarnam a dimensão das aspirações e do dever, por outro, os egressos (Grupo B) descortinam e os resultados possíveis e os limites reais impostos pela realidade do mercado de trabalho após a conclusão dos estudos, portanto, que as expectativas futuras dos estudantes não se restringem ao campo da utopia abstrata, mas constituem metas concretizáveis, cuja viabilidade é atestada pelas conquistas graduais identificadas nas trajetórias de superação dos ex-alunos.

4.3 O Papel da Educação como Instrumento de Mobilidade Social sob a Perspectiva Docente

A perspectiva do corpo docente (Grupo C) assume centralidade analítica ao descortinar as condições macroestruturais que atravessam e delimitam o papel da educação pública enquanto vetor de ascensão social. Se a fala dos discentes expressa o desejo e a dos egressos

pontua os percalços da realidade vivida, é no olhar reflexivo dos professores que as contradições do sistema de ensino ganham contornos propriamente críticos e políticos.

Os docentes reconhecem a legitimidade das demandas discentes por diplomas e mobilidade, contudo, ponderam de forma severa os determinantes institucionais. Para os professores entrevistados, a escola pública possui uma função social clara: “preparar o jovem para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o mercado de trabalho” desenvolvimento intelectual, social e cidadão, onde os estudantes aprendem a conviver com a diversidade (Grupo C, Professores).

Todavia, este mandato social é severamente obstaculizado por limites operacionais e carências socioeconômicas estruturais que repercutem diretamente na qualidade da oferta de ensino: “[...] falta de espaços essenciais na escola (quadra, laboratórios, bibliotecas)” “[...] salas superlotadas, falta de incentivo e desinteresse dos docentes e alunos” “[...] precário” (Grupo C, Professores).

De acordo com os relatos do Grupo C, esse cenário adverso frequentemente culmina no absenteísmo e na evasão escolar, gerando no corpo docente um sentimento crônico de desilusão frente à tarefa de mobilizar os estudantes para o conhecimento. Essa leitura crítica dos professores resgata as reflexões ético-políticas de Paulo Freire (1996) em sua pedagogia da autonomia. Freire (2016) assevera que a prática educativa deve partir invariavelmente da leitura do mundo e da realidade concreta dos educandos, orientando-se para a conscientização e para a transformação social.

Sob a ótica de Freire (1996), a educação não é neutra: ou ela reproduz as estruturas de dominação vigentes, ou se constitui como prática da liberdade. Com base nessa premissa, as narrativas apontam os caminhos necessários para a superação desses entraves institucionais, enunciados dos entrevistados denota essa análise: “[...] valorização dos profissionais da educação, melhoria dos espaços físicos” “[...] materiais e conteúdos mais contextualizados com a realidade” (Grupo C, Professores).

As narrativas docentes convergem, em suma, para uma apreensão dialética da escola pública contemporânea. Conclui-se que a educação se reafirma como uma instância de suma relevância para a mobilidade social e para a resistência democrática da classe trabalhadora, muito embora sua eficácia seja permanentemente tensionada por limites estruturais severos. Configura-se, assim, como um território de disputa, caracterizado simultaneamente pelas forças de reprodução das assimetrias sociais e pelo potencial de emancipação humana, validado pela própria experiência dos docentes: “[...] através dos estudos em escola pública consegui

melhorar minhas condições de vida e da minha família, por isso acredito que meus alunos também são capazes” (Grupo C, Professores).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos capítulos desenvolvidos no presente estudo, reafirma-se que a educação deve ser compreendida como formação social e como direito, capaz de favorecer o desenvolvimento integral e a construção da cidadania. Nesse sentido, a mobilidade social, embora frequentemente tratada como resultado individual do esforço, revela-se como característica também estrutural, na qual as desigualdades sociais interferem no modo como as oportunidades são acessadas e convertidas em trajetórias escolares e profissionais. Uma análise sobre a juventude evidencia que a identidade social e as perspectivas de futuro são fortemente influenciadas pelas condições objetivas de existência.

A presente pesquisa propôs-se a investigar a educação pública como instrumento de mobilidade social, tomando como objeto de análise o papel da escola pública na formação de jovens do ensino médio nas realidades municipais de Matões (MA) e Aldeias Altas (MA). Ao articular os pressupostos teóricos de Pierre Bourdieu, Dermeval Saviani, Juarez Dayrell e Paulo Freire com os dados empíricos coletados junto a estudantes, egressos e professores, resultou-se um panorama complexo, multifacetado e dialético sobre o real impacto da instituição escolar na trajetória das classes populares.

Os resultados obtidos permitem concluir que a promessa da educação como vetor de ascensão socioeconômica e emancipação política não se processa de maneira linear, mecânica ou estritamente meritocrática. O estudo evidenciou que a escola pública contemporânea habita uma ambivalência estrutural profunda: se, por um lado, ela atua como território de reprodução de assimetrias — onde a escassez de infraestrutura, a exclusão digital, as barreiras de mobilidade urbana e a precarização do trabalho docente tencionam a permanência do aluno —, por outro, ela resguarda seu estatuto de principal e mais democrático espaço de resistência, politização e produção de horizontes de futuro para a juventude interiorana.

O cruzamento dos dados obtidos demonstra que as fraturas socioeconômicas e pedagógicas relatadas pelos egressos (Grupo B) permanecem orbitando o cotidiano dos estudantes atuais (Grupo A). Contudo, a pesquisa refuta visões puramente pessimistas ou fatalistas. A persistência dos discentes e as conquistas graduais — ainda que parciais — relatadas pelos ex-alunos confirmam que o capital escolar, quando utilizado com vistas à educação qualitativa, converte-se em um poderoso mecanismo de superação de vulnerabilidades e de acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho qualificado. As expectativas juvenis, portanto, não se encerram no campo da utopia abstrata, mas constituem projetos de vida concretizáveis.

A contribuição do corpo docente (Grupo C) foi fundamental para ancorar a análise na realidade macroestrutural. O olhar crítico dos professores denunciou que o persistente esvaziamento de recursos e a precarização das condições de ensino geram fenômenos severos de evasão e de sofrimento psicossocial, o que exige o abandono de discursos puramente baseados no esforço individual. Ficou evidente a urgência de uma práxis educativa freireana (Freire, 2016), que reconheça as contradições do chão da escola e parta da realidade material do educando para que a escola possa, de fato, cumprir sua função transformadora.

Em suma, o presente projeto atingiu o objetivo proposto e constatou que a escola pública, apesar de limitações institucionais, cumpre um papel social irrenunciável na vida dos jovens. Ela não apenas transmite o saber sistematizado necessário para a inserção no mundo do trabalho, mas configura-se como o solo onde as juventudes tecem suas identidades e articulam sua cidadania. Recomenda-se, para estudos futuros, o monitoramento longitudinal dessas trajetórias, a fim de avaliar os impactos de longo prazo das políticas de assistência estudantil e de fixação de profissionais na educação básica da região. A educação pública permanece sendo a principal ferramenta de democratização social do país, necessitando, contudo, de investimentos e de compromisso político estrutural para que sua potência emancipatória seja plenamente universalizada.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). *Escritos de educação*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Organização de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de educação**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 71-79.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002.
- DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, set./dez. 2007.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Retrato das desigualdades e mobilidade social no Brasil**. Brasília: IPEA, 2004.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2023: resumo técnico**. Brasília: INEP/MEC, 2024.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2012.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PINASSI, Maria Orlanda. **Trabalho e degradação social: o paradoxo da mundialização do capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD, 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 19. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 40. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2011.

SOROKIN, Pitirim A. **Social and cultural mobility**. New York: The Free Press, 1959.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIOS APLICADOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CAMPUS CAXIAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

QUESTIONÁRIO GRUPO A

Tema da Pesquisa: A Educação como Instrumento de Mobilidade Social: Uma Análise do Papel da Escola Pública na Formação de Jovens do Ensino Médio

Pesquisadora: Maria Aparecida Silva e Silva

Este questionário faz parte da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA – Campus Caxias).

O estudo tem como objetivo compreender de que maneira a educação pública contribui para a mobilidade social dos jovens do ensino médio, considerando as experiências e percepções de estudantes, ex-alunos e profissionais da educação.

As informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, garantindo-se o sigilo e a preservação da identidade dos participantes.

1. Aceita participar da pesquisa? *Marcar apenas uma.*

☐ Sim

☐ Não

2. Idade ?

3. Série?

4. Sexo?

5. 1 . O que a educação significa para você?
6. 2 . Quais são seus planos para o futuro após concluir o ensino médio?
7. 3 . Você acredita que a escola pode ajudar a melhorar suas condições de vida? Como?
8. 4 . Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta para continuar estudando?
9. 5 . O que a escola poderia fazer para ajudar você a alcançar seus objetivos?
10. 6. Você acredita que a educação * pública pode promover mobilidade social? Por quê?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

QUESTIONÁRIO GRUPO B

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CAMPUS CAXIAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Tema da Pesquisa: A Educação como
Instrumento de Mobilidade Social: Uma Análise do Papel da Escola Pública na Formação
de Jovens do Ensino Médio

Pesquisadora: Maria Aparecida Silva e Silva

Este questionário faz parte da pesquisa de
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do
Curso de Ciências Sociais da Universidade
Estadual do Maranhão (UEMA – Campus Caxias). O estudo tem como objetivo
compreender de que maneira a educação pública contribui para a mobilidade social dos
jovens do ensino médio, considerando as experiências e percepções de estudantes, ex-
alunos e profissionais da educação.

As informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos,
garantindo-se o sigilo e a preservação da identidade dos participantes.

1. Idade?
2. Ano de conclusão do ensino médio?
3. Ocupação atual?
4. 1 . Qual foi a importância da escola pública em sua trajetória de vida?
5. 2 . Após concluir o ensino médio, quais caminhos você seguiu?
6. 3 . Você considera que a educação contribuiu para melhorar suas oportunidades de vida?
De que forma?

7. 4. Quais dificuldades enfrente durante sua trajetória escolar?
8. 5. Na sua opinião, como a escola pública pode contribuir para que mais jovens alcancem seus objetivos pessoais e profissionais?
9. 6. Você acredita que a educação pública pode promover mobilidade social? Por quê?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

QUESTIONÁRIO GRUPO C

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CAMPUS CAXIAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Tema da Pesquisa: A Educação como Instrumento de
Mobilidade Social: Uma Análise do Papel da Escola Pública na Formação de Jovens do
Ensino Médio.

Pesquisadora: Maria Aparecida Silva e Silva

Este questionário parte da pesquisa de
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do
Curso de Ciências Sociais da Universidade
Estadual do Maranhão (UEMA – Campus Caxias). O estudo tem como objetivo
compreender de que maneira a educação pública contribui para a mobilidade social dos
jovens do ensino médio, considerando as experiências e percepções de estudantes, ex-
alunos e profissionais da educação.

As informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos,
garantindo-se o sigilo e a preservação da identidade dos participantes.

1. Cargo/Função
2. Tempo de atuação na educação?
3. 1. Como você avalia o papel da escola pública na formação dos jovens do ensino médio?
4. 2. Em sua experiência, de que forma a educação pode contribuir para a mobilidade social dos estudantes?
5. 3. Quais são os principais desafios enfrentados pelos alunos da escola pública que podem dificultar seu sucesso escolar?

6. 4. A escola desenvolve ações que incentivam os estudantes a construir projetos de vida e perspectivas de futuro? Como?
7. 5. O que poderia ser melhorado para * que a escola pública contribua ainda mais para a transformação social dos jovens?
8. 6. Você acredita que a educação pública pode promover mobilidade social? Por quê?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DEFESA DO TCC

Eu, Cleia Maria Lima Azevedo, professor/a orientador/a do Trabalho de Conclusão de Curso do Acadêmico: Maria Aparecida Silva e Silva. Autorizo a defesa do TCC, intitulado A Educação como Instrumento de Mobilidade Social: uma análise do papel da escola pública na formação de jovens do Ensino Médio a ser defendido nos dias 07 e 08 de julho de 2026.

Caxias, Ma, 26/06/2026

Cleia Maria Lima Azevedo

Professora/Orientadora